

Governo não discute dívida

Brasília — A discussão da dívida externa proposta pela CUT e CGT como pressupostos para participação dessas entidades no pacto social não fará parte das negociações para o entendimento nacional proposto pelo governo, garantiu o coordenador das discussões, ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, à tarde, em rápida entrevista após seu encontro com presidentes de nove confederações de trabalhadores. “Não tenho atribuição para negociar a dívida. Ela não é somente assunto interno”, descartou Pazzianotto.

O ministro acredita haver condições para o pacto social — “propício em climas de estabilidade econômica, como o nosso”, afirmou — e espera que até março esteja firmado o entendimento — que, em sua opinião, pode demorar de três a seis meses para ser realizado. “Se não

houver entendimento serão os trabalhadores os prejudicados, diante da perspectiva de inflação”, ameaçou o ministro. Ele informou que terá uma reunião com a CGT no dia 28 e outra com a CUT, em data ainda a ser marcada. A 15 de janeiro, um dia após a reunião conjunta das centrais sindicais e das confederações para decidirem sobre o pacto, Pazzianotto pretende reunir-se com essas entidades.

O ministro confirmou que tentará junto ao ministro da Justiça, Paulo Brossard, a extinção dos processos penais contra os sindicalistas presos durante a greve de 12 de dezembro. “Farei o possível para fazer desaparecer ressentimentos”, comentou.

Editorial Democracia Infantil
